

DATA LUTA



BOLETIM DATA LUTA

Uma publicação do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA.
Presidente Prudente, agosto de 2013, número 68. ISSN 2177-4463.

www.fct.unesp.br/nera

ARTIGO DATA LUTA

O território dos assentamentos de reforma agrária no Rio Grande do Sul

ARTIGO DO MÊS

Neodesenvolvimentismo, mega-empresendimentos, desterritorialização e resistência camponesa: o caso do Complexo Industrial-Portuário do Açú em São João da Barra (RJ).

www.fct.unesp.br/nera/artigodomes.php

EVENTOS

II Encontro Nacional do GPECT e VII Fórum Estado, Capital e Trabalho

“A atual geopolítica mundial e a falácia do fim da crise”

UFS/São Cristóvão – Sergipe, 21 a 23 de agosto de 2013.

XII Encontro Nacional de Práticas de Ensino de Geografia

“Formação, Pesquisa e Práticas docentes: reformas curriculares em questão”

UFPB/João Pessoa – Paraíba, 15 a 19 de setembro de 2013.

VI Simpósio Internacional de Geografia Agrária – SINGA

VII Simpósio Nacional de Geografia Agrária / I Jornada de Geografia das Águas

UFPB/João Pessoa – Paraíba, 22 a 26 de setembro de 2013.

PUBLICAÇÕES, VÍDEOS E POD TERRITORIAL



Viejo problemas, nuevas alternativas: estrategias de lucha contra la pobreza gestadas desde el Sur.

Orgs.: Ana María Pérez Rubio; Nelson Antequera Durán.

Reúne trabalhos que foram apresentados pelos autores no Seminário Internacional “Estrategias contra la pobreza: alternativas desde el Sur” organizado por Programa CLACSO-CROP, de estudos sobre pobreza na América Latina e Caribe, e CEPED.



Vídeo: O Alimento é Importante (Food Matters)

Direção: James Colquhoun; Carlo

Ledesma.

Documentário realizado em 2008, mostra o ciclo vicioso da agricultura extensiva: acaba com os nutrientes do solo, formando plantas mais frágeis aos ataques de pestes levando à aplicação de pesticidas, envenenando quem as come, que se tornará mais fraco e buscará medicamentos.

Para ver: <http://vimeo.com/17463178>.



PodCast Unesp – Pod Territorial

Autores: Vários

O Podcast Unesp, em parceria com a Cátedra Unesco Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial, publica semanalmente noticiário sobre Reforma Agrária, povos de diferentes etnias, questões geográficas e outros assuntos que colaboram significativamente no desenvolvimento social. Para ouvir/baixar: <http://podcast.unesp.br/>.

APOIO 

Elaboração: Danilo Valentin Pereira, Ananda R. F. de Souza (bolsista PIBIC) e Rafael de O. C. Santos (bolsista CAPES).

Revisão/Publicação: José Sobreiro Filho (bolsista FAPESP), Tiago Egidio Avanço Cubas e Rodrigo Simão Camacho (bolsista FAPESP).

Coordenação: Juliana Grasiéli Bueno Mota (bolsista FAPESP).

Leia outros números do BOLETIM DATA LUTA em www.fct.unesp.br/nera

O TERRITÓRIO DOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA NO RIO GRANDE DO SUL

Rosa Maria Vieira Medeiros

Prof^a. do Programa de Pós-Graduação em Geografia - Departamento de Geografia/IG/UFRGS
Coord^a. do Núcleo de Estudos Agrários - NEAG
Coord^a. do DATALUTA Rio Grande do Sul
rmvmedeiros@ufrgs.br

Michele Lindner

Bolsista de Pós Doc. Júnior CNPq
Pesquisadora do Núcleo de Estudos Agrários – NEAG
michelindner@gmail.com

“[...] assentar com responsabilidade, o que significa ir além da terra, viabilizando crédito e assistência técnica, dando oportunidade real a trabalhadores do campo, excluídos da ordem econômica e social do país”. (RIO GRANDE DO SUL, 2002, não paginado).

INTRODUÇÃO

O campo brasileiro apresenta características que estão circunscritas a cada uma das regiões brasileiras e que evoluem de acordo com a cultura, com a história dessas regiões. No entanto, a presença do capital redefine essas regiões, lhes reconfigura, lhes dá novos significados sem respeitar seus elementos naturais e culturais. É a reterritorialização do capital que transforma o espaço rural, tanto através da implantação de grandes projetos ligados ao agronegócio e às *commodities*, como ligados a processos de colonização e até mesmo de reforma agrária. A sua capacidade em se associar e em se adaptar ao velho e ao novo, terminam com fronteiras que por ventura impediriam sua expansão.

Os lugares se transformam, se tecnicizam, se dinamizam a partir das ações implementadas pelo capital – detentor do poder para decidir o que cultivar, como cultivar, o quanto cultivar, a quem vender o produto e a que preço. É uma transformação cuja “mobilidade” é controlada pelo próprio capital.

O campo brasileiro, portanto, ao mesmo tempo em que é palco desta territorialização do capital é, também, onde acontece o processo de desterritorialização de uma parcela da população excluída desse processo produtivo. Essa desterritorialização/exclusão gera uma reação marcada por conflitos, por mortes, por manifestações e, sobretudo, pela organização de movimentos sociais de luta pela terra.

Esses movimentos de luta pela terra se territorializaram através dos acampamentos, das ocupações e dos assentamentos num processo contínuo de construção do espaço e de socialização política, reterritorializando aqueles que foram desterritorializados, construindo assim novos territórios.

A reterritorialização gera marcas no espaço, marcas de uma espacialização dos territórios. O território por sua vez representa o espaço organizado de forma política, social e cultural. Analisar o processo de reterritorialização dos assentados e da constituição de novos territórios pelos assentamentos rurais no estado do Rio Grande do Sul significa analisar o processo de transformação do espaço.

Este processo de transformação se dá através de objetos e ações, que vão penetrando e moldando um determinado espaço, se territorializando lentamente e recriando novos territórios em antigos territórios,

numa coexistência nem sempre pacífica. Múltiplos territórios podem assim coexistir dentro de um mesmo espaço.

Neste sentido é que será analisado o processo de territorialização dos assentamentos rurais no estado do Rio Grande do Sul que marca a presença de novas estruturas territorializadas em territórios pré-existentes. São estruturas produtivas, sociais e culturais que emergem de necessidades imediatas dos camponeses assentados que necessitam compreender o seu espaço e nele se reterritorializarem. Sua reterritorialização representa a conquista do seu espaço/território através da luta pela terra.

O presente artigo apresenta uma análise de dados do Banco de Dados da Luta Pela Terra (DATALUTA) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) do ano de 2011, referente à criação de assentamentos rurais no estado do Rio Grande do Sul. A análise desses dados se dá com o objetivo de espacializar a evolução da criação dos assentamentos, divididos em três fases (até o final da década de 1980, década de 1990 e do período de 2000 a 2011). Com a espacialização da evolução da criação dos assentamentos, foi possível entender como ocorreram mudanças de significativa importância no território gaúcho, ou seja, mudanças estruturais que provocaram mudanças no setor produtivo, na cultura local, além de serem geradoras de marcas profundas no espaço sulriograndense.

Mas para se analisar o território e suas iniciativas de desenvolvimento se faz necessário considerar, segundo Saquet e Spósito (2008), que:

A articulação de classes e a constituição de redes e tramas locais e extralocais, que significam relações de poder efetivadas em cada lugar e entre os lugares, em virtude de suas desigualdades, diferenças e especificidades;
 O caráter (i)material, conciliando-se os fatores e elementos culturais, políticos, econômicos e naturais, em unidade;
 A produção de mercadorias (ou excedentes), a recuperação e a preservação da natureza exterior ao homem;
 A valorização das pequenas e médias iniciativas produtivas;
 A valorização dos saberes locais e das identidades;
 A consideração do processo histórico e do patrimônio de cada lugar;
 A produção ecológica de alimentos;
 A organização política local, com vistas à conquista de autonomia;
 A diminuição das injustiças e das desigualdades sociais, dentre outros (SAQUET, SPÓSITO, 2008, p.28).

Para esses autores, “discutir e estabelecer ações de desenvolvimento territorial significa ter uma compreensão renovada e crítica do território, da territorialidade e do desenvolvimento” (SAQUET; SPÓSITO, 2008, p. 29). Destacam também que é preciso ajustar as técnicas e as tecnologias aos lugares, às suas especificidades histórico-geográficas no intuito de concretizar ações de desenvolvimento territorial com autonomia, ao invés de condicionar o lugar às técnicas e às tecnologias do chamado mundo moderno.

AS MARCAS TERRITORIAIS NO ESPAÇO

A complexidade do desenvolvimento territorial do “campo” é composta, de forma integrada, pelas dimensões econômicas, políticas, culturais e ambientais, sendo o mesmo visto como um espaço e um modo de vida, ou seja, como um território.

Para Raffestin (2011), o espaço e o território são diferentes, o espaço é anterior ao território e o território se forma a partir do espaço. Dessa forma, ao “se apropriar do espaço, concreta ou abstratamente

(por exemplo, pela representação), o ator 'territorializa' o espaço" (RAFFESTIN, 2011, p.128). Assim, a territorialidade reflete a multidimensionalidade do "vivido" pelas sociedades e esse processo, o processo territorial, se dá por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas, que por se tratarem de relações com a natureza e relações sociais, tratam-se de relações de poder (RAFFESTIN, 2011).

A territorialização gera marcas abstratas das representações dos diversos tipos de dominações existentes dentro desse espaço. Nesse sentido, Fernandes (2008), destaca a existência de diferentes territórios contidos dentro dos territórios, ou seja, os territórios organizados em diferentes escalas geográficas que vão desde o local até o internacional.

Os territórios podem ser múltiplos e a reterritorialização pode abranger as mais diversas escalas, como um país, um estado, uma região, uma cidade, uma rua, uma casa, um cômodo. Essa abrangência se dá de acordo com a representação da dominação ou da apropriação de determinada territorialização.

Para Souza e Pedon (2007, p.127), o que gera essas relações de dominação ou apropriação é o fato do território representar o "locus da vivência, da experiência do indivíduo com seu entorno, com os outros homens, tendo a identidade como fator de aglutinação, de mobilização para a ação coletiva". A relação território-identidade toma a forma de um processo em movimento que se constitui ao longo do tempo e tem como principal elemento o sentimento de pertencimento do indivíduo ou grupo com seu espaço de vivência (SOUZA; PEDON, 2007).

Corrêa (1996), explica que o termo território possui o significado de pertencimento não necessariamente como propriedade, mas sim pelo caráter de apropriação. Na concepção do autor, a desterritorialização é entendida como a perda do território apropriado ou vivido em razão de processos capazes de desfazer um território e a reterritorialização, conseqüentemente, representa a criação de novos territórios, seja através da reconstrução parcial de um antigo território, seja por meio da recriação em outros lugares de um novo território, porém, que contenha características do antigo território.

Esse processo de desterritorialização e sua consecutiva reterritorialização, ou a conquista de um "novo lugar" é explicado por Saquet (2009, p. 216).

Na desterritorialização, perdem aspectos e elementos, relações, que tentam reproduzir no *novo* lugar em construção. Reterritorializam-se lentamente, reorganizando suas vidas diárias, cultural, política e economicamente no lugar. O *lugar*, por isso, é mais do que afetividade, reconhecimento, simbolismo. É realização do universal, é singularidade, material e imaterial.

O autor destaca que "o território é produzido com o passar dos dias, meses, anos, décadas, através de relações sociais incessantes que se estabelecem, com influências, interferências, dominações e domínios, imprimindo marcas no seu *interior* (do território)" (SAQUET, 2009, p. 212). Essas são as marcas da cultura dos que ali habitam e que representam o seu cotidiano, a sua história. Os camponeses chegaram, se instalaram, se reterritorializaram, recriaram sua identidade em seus novos espaços de vida.

A dominação ou apropriação de um determinado território pode não ser permanente, uma vez que, as territorialidades estão em movimento, ou seja, em processo de desterritorialização e de reterritorialização. Simpliciter, a desterritorialização refere-se ao movimento pelo qual se abandona o território e a reterritorialização o movimento de construção do território (DELEUZE, GUATTARI, 1997b *apud*

HAESBAERT, 2004). Portanto, trata-se de um processo consecutivo, toda desterritorialização implicará em uma reterritorialização.

No movimento, simultaneamente à desterritorialização dá-se a reterritorialização. São processos intimamente ligados na mobilidade de força de trabalho. No primeiro, há a perda do território inicialmente apropriado e reconstruído, [...] e no segundo, uma reprodução de elementos do território anterior, em algumas de suas características. O *velho* é recriado no *novo*, num movimento concomitante de descontinuidade e continuidade, de superações. Os processos de territorialização-desterritorialização-reterritorialização (T-D-R) não estão desligados: condicionam-se mutuamente. A territorialização está na desterritorialização, e vice-versa; concomitantes e articuladas (SAQUET, 2009, p. 214).

Portanto, desterritorialização e reterritorialização representam partes indissociáveis de um processo territorializante, pois assumem importância fundamental na formação de novos territórios. O resultado desse processo, a espacialização ou as marcas da territorialização (formação de novos territórios, por indivíduos desterritorializados), representa o objetivo desse estudo.

OS ASSENTAMENTOS RURAIS NO RIO GRANDE DO SUL

O Rio Grande do Sul é um estado de diferentes conformações territoriais, o que se deve em grande parte a ocupação de seu território. De forma muito generalizada diz-se que a parte sul do estado configura o domínio das grandes propriedades, fruto de uma colonização mais antiga, baseada na concessão de sesmarias, responsável pela formação de grandes latifúndios e configurando o território tradicional da pecuária. Já a parte norte, foi ocupada por imigrantes de origem europeia, aos quais foram concedidas propriedades de proporções reduzidas (25 ha). Esse espaço esteve inicialmente mais ocupado com as atividades agrícolas voltadas a produção de alimentos.

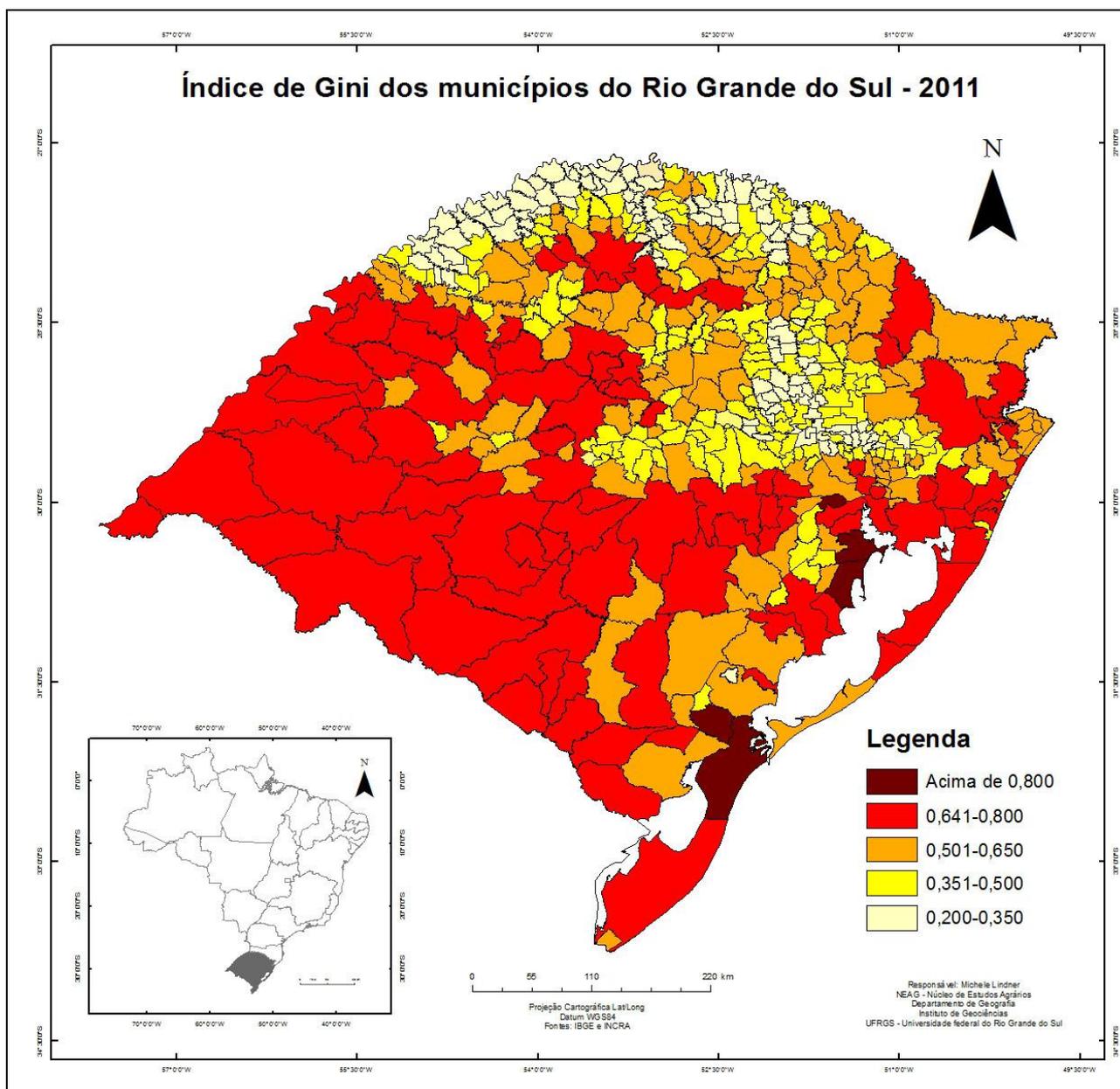
A atual estrutura fundiária, aqui expressa pelo Índice de Gini por município, reflete com clareza, não só esse processo histórico de formação da propriedade da terra no Rio Grande do Sul, como também a concentração de terras, como segue o Mapa 1.

É possível observar que a região Sudoeste do Rio Grande do Sul, domínio histórico do latifúndio pecuarista, tem a maior concentração de terras do estado e, de forma contraditória, atualmente é a região com a maior concentração de assentamentos. Para compreender a razão desta concentração é necessário retomar o seu histórico no Rio Grande do Sul.

Os assentamentos de Reforma Agrária no Rio Grande do Sul inicialmente foram criados na porção norte do estado. Segundo dados disponibilizados pelo DATALUTA RS (2013), o primeiro assentamento no estado do Rio Grande do Sul foi criado no ano de 1975. O assentamento Sarandi – Gleba 2, localizado no município de Pontão, na mesorregião Noroeste Rio-Grandense, abriga 57 famílias e foi criado como um assentamento Integrado de Colonização, segundo denominação do INCRA (2011).

Na década de 1980, foram criados mais 12 assentamentos, a maioria Assentamentos Federais, frutos de desapropriações. Apenas o assentamento Bela Vista, localizado no município de Jari, na mesorregião Centro Ocidental Rio-Grandense, foi fruto de uma doação. Este assentamento abrigava até o ano de 2011, cerca de 30 famílias.

Mapa 1- Índice de Gini referente à estrutura fundiária para o Rio Grande do Sul



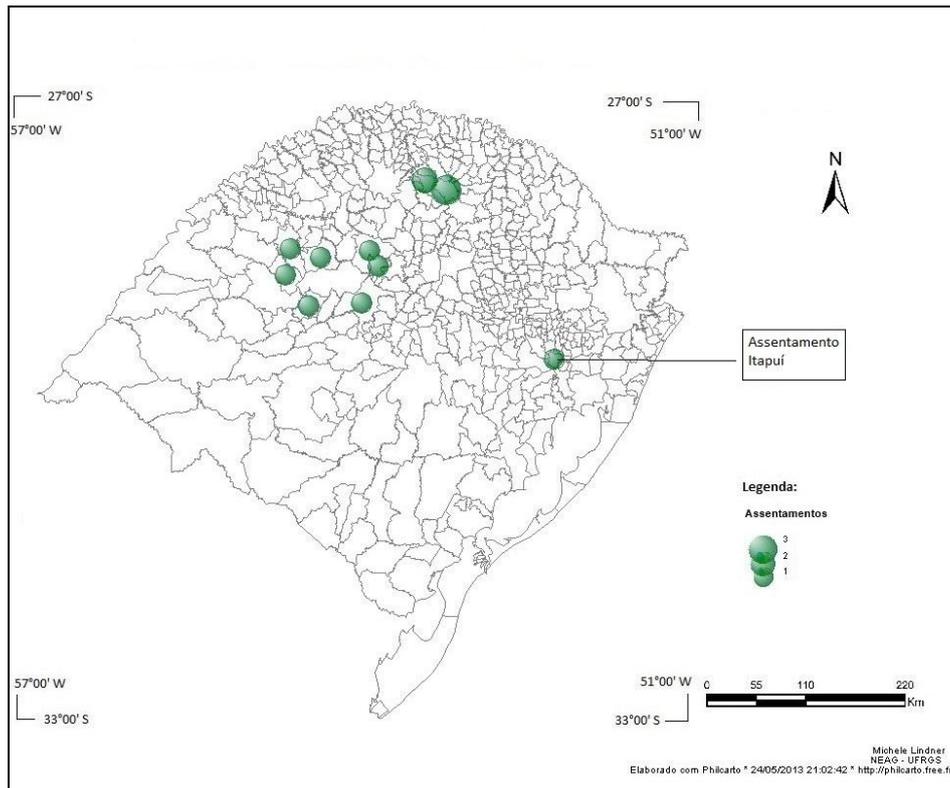
Fonte: DATALUTA RS (2011).

Além deste último, entre os assentamentos criados na década de 1980, apenas o assentamento Itapuí/Meridional, criado no ano de 1988, não está localizado na mesorregião Noroeste Rio-Grandense, como os demais, pois se localiza na mesorregião Metropolitana de Porto Alegre.

Dessa forma, percebe-se através de dados disponibilizados pelo DATALUTA RS (2013) que até o final da década de 1980, os assentamentos no RS estavam praticamente restritos à porção norte do estado. Essa espacialização dos assentamentos até a década de 1980 pode ser observada no Mapa 2.

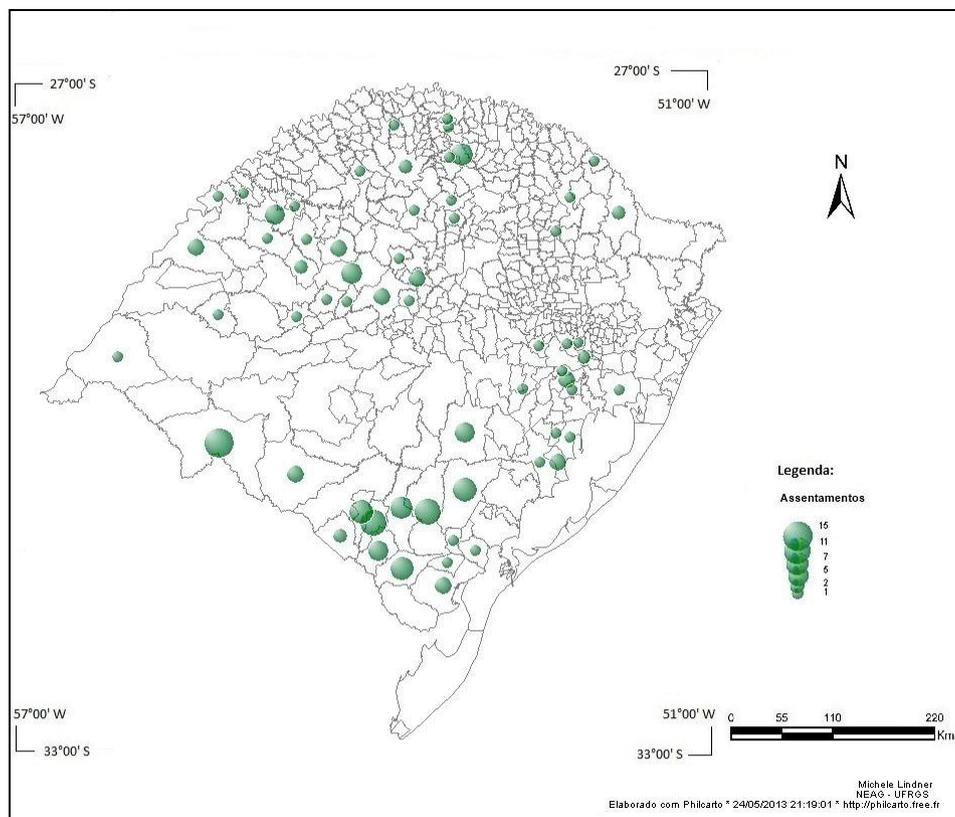
Outra característica interessante, já da década de 1990, demonstrada pelos dados organizados pelo DATALUTA RS (2013), é que conjuntamente com o avanço dos assentamentos em direção à porção sul, houve também a concentração da criação de assentamentos nesta região, como mostra o Mapa 3.

Mapa 2 – Assentamentos criados no estado do Rio Grande do Sul até o final da década de 1980



Fonte: DATALUTA RS (2013).

Mapa 3 – Assentamentos criados no estado do Rio Grande do Sul na década de 1990



Fonte: DATALUTA RS (2013).

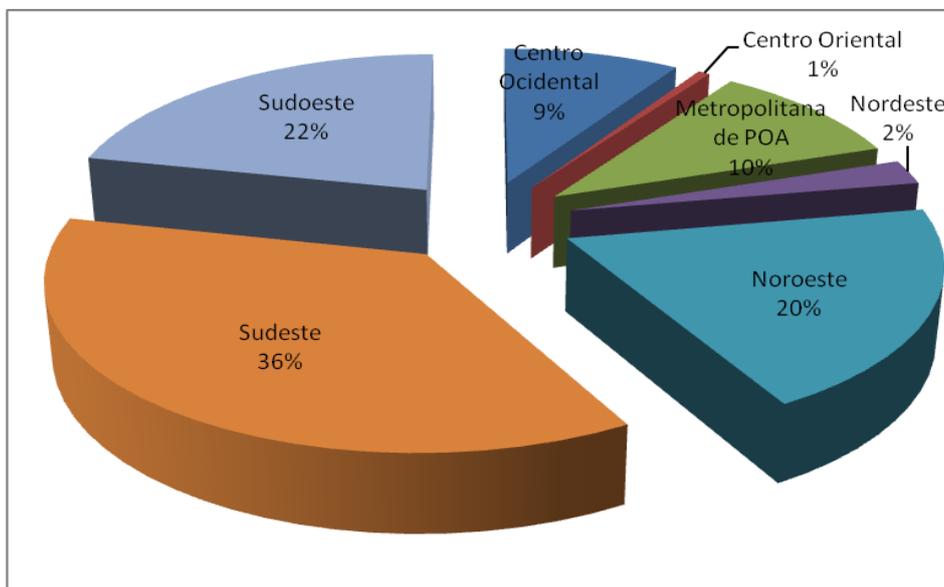
O Gráfico 1 demonstra que dos assentamentos criados na década de 1990, 58% se concentraram nas mesorregiões, Sudoeste Rio-Grandense e Sudeste Rio-Grandense, da porção sul do estado. Característica esta, que teve uma pequena diminuição na década seguinte, quando foram criados novos 150 assentamentos, sendo que 53% localizam-se nessas duas mesorregiões.

Nesse sentido, o Mapa 4 demonstra a distribuição da criação de assentamentos a partir da década de 2000. Cabe aqui destacar que o mapa apresentado engloba, além dos assentamentos da década de 2000, os assentamentos criados até o ano de 2011 (quatro assentamentos criados no ano de 2010 e um criado no ano de 2011).

A partir dos dados demonstrados identifica-se que a criação dos assentamentos no estado do RS teve seu auge entre as décadas de 1990 e 2000, mais especificamente entre a segunda metade da década de 1990 e a primeira metade da década de 2000. Neste período foram criados 305 novos assentamentos, o que corresponde a 91% do total dos assentamentos do estado. É a reterritorialização do campesinato na região de domínio do latifúndio.

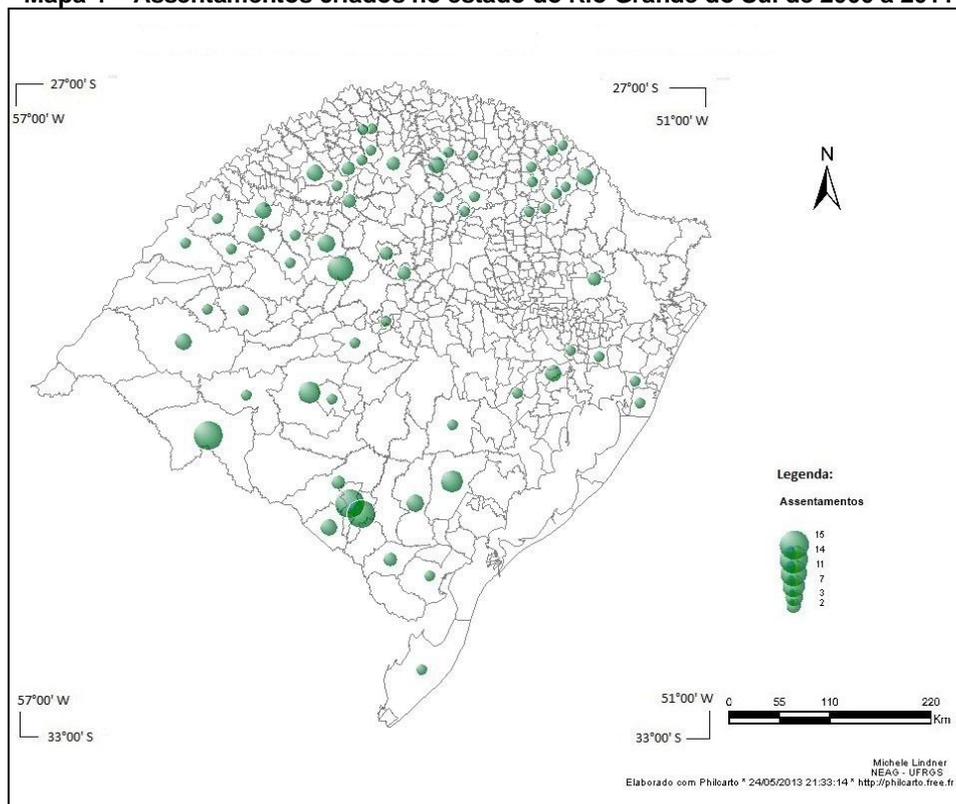
Mas que razões provocaram estas transformações? A resposta se encontra no Programa de Reforma Agrária implantado pelo governo estadual no período 1999 a 2002, que buscava a mudança, a transformação de um espaço que historicamente era domínio do latifúndio pecuarista, ou seja, a região da Campanha gaúcha e, assim, inseri-la no projeto de dinamização da Metade Sul do RS. Esta região era vista como àquela onde os processos eram lentos se comparados à Metade Norte, onde o processo de modernização aconteceu intensivamente e onde o capital excluiu e expropriou criando seus espaços tecnificados.

Gráfico 1 – Assentamentos criados na década de 1990, nas Mesorregiões do estado do Rio Grande do Sul



Fonte: DATALUTA RS (2013).

Mapa 4 – Assentamentos criados no estado do Rio Grande do Sul de 2000 a 2011



Fonte: DATALUTA RS (2013).

Foi na Metade Sul onde aconteceram os primeiros núcleos de povoamento do RS, em virtude da riqueza existente: os campos de criação onde o gado pastava solto pelas coxilhas. Para essa atividade de pecuária extensiva não havia necessidade de grandes investimentos.

O governo do estado do Rio Grande do Sul ao perceber a escassez de terras para criação de novos assentamentos no norte do estado, volta seu olhar para o sul, para o latifúndio pecuarista. Alguns desses latifundiários, endividados e falidos, facilitaram as ações do governo estadual no sentido de adquirir as terras para Reforma Agrária¹.

O governo estadual elaborou seu Programa de Reforma Agrária do Estado do Rio Grande do Sul com a contratação de geógrafos, sociólogos, agrônomos, técnicos em geoprocessamento, entre outros. O programa intensificou a reterritorialização daqueles que foram desterritorializados em sua maioria da região produtora de soja, colocando-os em novos espaços, completamente distintos do seu espaço de origem. Esses camponeses encontraram novas paisagens, solos diferentes, onde novos cultivos deveriam ser desenvolvidos com técnicas distintas daquelas dos seus saberes.

Os assentamentos em maior número de famílias estão concentrados nas mesorregiões Sudeste e Sudoeste do Rio Grande do Sul, onde os assentados continuam a construir sua identidade para constituírem um novo território inserido no território de domínio do latifúndio.

As dinâmicas dos municípios desta mesorregião foram alteradas, principalmente nos municípios de Bagé, Herval, Santana do Livramento, Piratini e Júlio de Castilhos. Ocorreram emancipações municipais

¹ O governo estadual não tem o direito de desapropriar terras e pagar dom TDAs. A aquisição só se dá através da compra. Disponível em www.fct.unesp.br/nera

como foi o caso de Hulha Negra, emancipado de Bagé, município de tradição latifundiária e pecuarista. Vereadores e prefeitos foram eleitos nos diferentes municípios representando essas famílias camponesas; o comércio se dinamizou na cidade; estradas e escolas foram construídas. Estes assentados, reterritorializados, foram impactados na sua cultura, são os agentes da nova reconfiguração do espaço agrário gaúcho.

Para Medeiros (2001), o território gaúcho possui zonas de densidade e de rarefação tanto no que se refere aos homens quanto à sua estrutura fundiária; possui espaços luminosos (tecnologia no norte) e opacos (resistência do sul às inovações); possui espaços que mandam (sul foi o berço das oligarquias gaúchas) e que obedecem. É uma nova configuração do espaço gaúcho, que reflete o processo de territorialização que se dá através da reterritorialização daqueles que, sem perder a identidade com o seu espaço de origem, buscam uma nova integração ao espaço a eles destinado, dando a esse espaço um novo significado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados apresentados neste artigo possibilitam revelar uma série de informações de natureza histórica, assim como dar suporte a informações de natureza qualitativa.

O objetivo foi demonstrar, através dos dados, a espacialização da evolução da territorialização dos assentamentos no território gaúcho. Territórios foram criados e recriados a partir da entrada de uma nova territorialidade dentro de um antigo território, que promoveu mudanças e marcou o antigo território.

Essas marcas podem ser visíveis ou até mesmo invisíveis. Visíveis quando percebidas na paisagem, como no caso da porção sul do RS, antes dominada por grandes propriedades e pela prática da pecuária extensiva que vê partes de seu território “invadido” e dividido em propriedades de tamanhos reduzidos, que passam a introduzir “novas” práticas produtivas, diferenciadas das atividades tradicionalmente desenvolvidas naquele local. E invisíveis, pois a entrada de novas territorialidades traz consigo mudanças culturais e comportamentais, causadas pela necessária convivência mútua de indivíduos de diferentes territorialidades que habitam um mesmo território.

Para concluir é importante destacar a importância do Programa de Reforma Agrária do governo do estado do Rio Grande do Sul, que possibilitou não só a coexistência de diferentes territórios em um mesmo espaço, como a ocupação efetiva do latifúndio através da criação de assentamentos de Reforma Agrária em seu seio.

REFERÊNCIAS

CORRÊA, Roberto Lobato. Territorialidade e Corporação: um exemplo. In SANTOS, Milton *et. al.* (org.) **Território: Globalização e Fragmentação**. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1996, p. 251-256.

DATALUTA Rio Grande do Sul – MEDEIROS, Rosa Maria Vieira (Coord.). **Banco de Dados da Luta pela Terra**. Relatório 2011 – Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS, 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

_____. Entrando nos Territórios do Território. In: PAULINO, E. T; FABRINI, J. E. **Campesinato e Territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2004.

INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação**. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br>>. Acesso em: 01 mai.2012.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Territorialidade, Identidade e Exclusão Social. In: VI Encontro de Geografia da UNIOESTE, 2002, Francisco Beltrão. **Anais** do IV, V, VI Encontro de Geografia da UNIOESTE. Francisco Beltrão: UNIOESTE, v. 1, 2001. p. 175-180.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. O Rio Grande do Sul e a busca pela Reforma Agrária. In: VERDUM, Roberto; BASSO, Luis Alberto; SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes (orgs.). **Rio Grande do Sul: paisagens e territórios em transformação**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 2011.

SAQUET, Marcos Aurelio. Reterritorialização e identidade. In: MEDEIROS, Rosa Maria Vieira; FALCADE, Ivanira (Orgs.). **Tradição versus tecnologia**: as novas territorialidades do espaço agrário brasileiro. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

RIO GRANDE DO SUL, Gabinete da Reforma Agrária. **Programa Estadual da Reforma Agrária**. Porto Alegre, 2002.

SAQUET, M.A.; SPOSITO, E.S. Território, territorialidade e desenvolvimento: diferentes perspectivas no nível internacional e no Brasil (15-33) In: ALVES, A. F; CARRIJO, B. R; CANDIOTTO, L. Z. P. (orgs.). **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SOUZA, E. A.; PEDON, N. R. Território e Identidade. In: **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros** – Seção Três Lagoas. Três Lagoas: MS, v. 1, n.6, ano 4, nov. 2007.